CONZOOTEC
CONGRESSO ONLINE
DE ZOOTÉCNICA

ORIENTAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES EM PROPRIEDADES RURAIS PELO SERVIÇO OFICIAL

Congresso Online de Zootecnia, 1ª edição, de 27/09/2021 a 01/10/2021
ISBN dos Anais: 978-65-86861-79-2

SILVA; Lília Aparecida Marques da [1], LIMA; José Humberto Figueira de [2], BARROS; Sabrina de Jesus de [3], SILVA; Cleide Cristiane Homem da [4], FUENTES; Juarez dos Santos [5]

RESUMO

Dentro das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) conhecida como “doença da vaca louca” de caráter degenerativo fatal do sistema nervoso dos ruminantes, causada por uma proteína anormal e infecciosa. A nova variante da Doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ) afeta os humanos, considerada uma zoonose, associada à ingestão de alimentos contaminados com o agente da EEB. A EEB se enquadra nas síndromes neurológicas de notificação obrigatória ao serviço oficial segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a DCJ de notificação compulsória pelo Ministério da Saúde (MS). Causa grande impacto econômico devido aos mercados mundiais consumidores de produtos de origem bovina, que possuem requisitos para importação desses produtos. O controle da EEB é regulamentado pelo Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB) do MAPA, que determina a necessidade do monitoramento da EEB pelos órgãos estaduais de Defesa Sanitária Animal que desempenham as ações de vigilância e fiscalização a campo nas propriedades rurais e estabelecimentos de abate e produção de alimento animal, evitando o risco de ocorrência dessa doença no Brasil. Os técnicos do Núcleo de Defesa Agropecuária (NDA) do Rio de Janeiro da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) do estado do Rio de Janeiro programaram vistorias nas propriedades, na sua área de competência, para fins de prevenção e vigilância da EEB. As ações ocorreram nos municípios de Japeri, Paracambi e Seropédica. Os produtores receberam orientações sobre o não fornecimento aos ruminantes de alimentos que contenham proteínas de origem animal, como: ração de monogástricos, cama de aviário, dejetos da criação de suínos e aves, farinhas de origem animal. Outros cuidados devem ser realizados, como conferir o rótulo das rações, composição dos concentrados e suplementos fornecidos aos animais, principalmente quando o produtor é responsável pelo preparo das rações dentro das propriedades. O acondicionamento, a não reutilização de embalagens e o transporte dos alimentos são de suma importância para evitar a contaminação cruzada dos alimentos. A presença de sintomas neurológicos com mudança de comportamento, alterações na locomoção e óbito dos ruminantes, deve ser notificado ao serviço oficial. O cuidado com o manejo da alimentação dos ruminantes está diretamente relacionado ao consumo da carne e subprodutos, principalmente dos bovinos, quando contaminados com a EEB, envolvem toda a cadeia

[1] Médica Veterinária - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, lamsvet@yahoo.com.br
[2] Zootecnista - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, jhflima@hotmail.com
[3] Agente de Atividades Agropecuárias - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, sjbarros01@hotmail.com
[4] Médica Veterinária - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, cleidechs1975@gmail.com
[5] Assistente de Pesquisa - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro cedido a SEAPPA/RJ, juarezfuentes1@gmail.com

produtiva e a saúde pública. Recentemente foram registrados no Brasil, dois casos atípicos de EEB em bovinos, nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso, relacionado a idade avançada dos animais e não ao consumo de alimentos contaminados com proteína animal. A forma atípica da EEB não implica em restrições sanitárias e comerciais segundo a OIE e não afeta a classificação de risco do Brasil. Entretanto, poderiam acarretar casos clássicos da EEB se não fossem identificados pelo sistema de vigilância nos abatedouros do serviço oficial, pois, estes animais poderiam entrar na cadeia alimentar de outros ruminantes. O planejamento e aplicação de ações preventivas nas propriedades com os produtores rurais têm papel relevante na cadeia de controle desta importante enfermidade fatal para as espécies acometidas.

PALAVRAS-CHAVE: prevenção, proteína animal, vaca louca, vigilância, zoonose

[1] Médica Veterinária - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, lamsvet@yahoo.com.br
[2] Zootecnista - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, jhflima@hotmail.com
[3] Agente de Atividades Agropecuárias - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, sjbarros01@hotmail.com
[4] Médica Veterinária - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, cleidechs1975@gmail.com
[5] Assistente de Pesquisa - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro cedido a SEAPPA/RJ, juarezfuentes1@gmail.com